

## UMA TIPOLOGIA DO ATIVISMO PROFISSIONAL NA INTERVENÇÃO EDUCATIVA, SOCIAL E COMUNITÁRIA

ANA LUÍSA COSTA<sup>1</sup> 

HENRIQUE VAZ<sup>2</sup> 

ISABEL MENEZES<sup>3</sup> 

**RESUMO:** Este estudo analisa o ativismo profissional no âmbito do trabalho educativo, social e comunitário com pessoas em situação de vulnerabilidade, em Portugal. Procura contribuir para a sua caracterização, particularmente no que respeita à pluralidade de abordagens, por meio da construção e validação da escala da tipologia de ativismo profissional. Mediante a análise estatística descritiva e inferencial dos dados recolhidos por intermédio de um inquérito com 338 participantes, apresenta uma tipologia constituída de diferentes tipos de ativismo profissional, altamente correlacionados: coletivo, individual, especializado e radical. Aponta ainda tendências de influência de fatores como o sexo/gênero, os anos de trabalho e a formação em ativismo profissional no envolvimento com essas abordagens. As implicações para a formação de profissionais nessa área são sublinhadas.

**Palavras-chave:** Ativismo profissional. Intervenção educativa/social/comunitária. Tipologia. Escala. Formação política.

### A TYPOLOGY OF PROFESSIONAL ACTIVISM IN EDUCATIONAL, SOCIAL AND COMMUNITY INTERVENTION

**ABSTRACT:** This study analyses professional activism in educational, social and community work with people in vulnerable situations in Portugal. It seeks to contribute to its characterization, particularly regarding the plurality of approaches, through the construction and validation of the professional activism typology scale. By means of descriptive and inferential statistical analysis of the data collected through a survey with 338 participants, it presents a typology consisting of different

1. Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Porto, Portugal. E-mail: analuisacosta@fpce.up.pt

2. Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Porto, Portugal. E-mail: henrique@fpce.up.pt

3. Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Porto, Portugal. E-mail: imenezes@fpce.up.pt

Este estudo integra a tese de doutorado *O profissional é político: o ativismo profissional na intervenção educativa, social e comunitária*, apoiada por fundos nacionais, por meio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (PD/BD/135472/2017, COVID/BD/152738/2022, UID/CED/00167/2019, UIDB/00167/2020 e UIDP/00167/2020), e por fundos europeus, por meio do Fundo Social Europeu.

**Editor de seção:** Lício Lima 

and highly correlated types of professional activism: collective, individual, specialized and radical. It also points out trends of influence of factors such as sex/gender, years of work and training in professional activism in the involvement with these approaches. The implications for the training of professionals in this domain are underlined.

**Keywords:** Professional activism. Educational/social/community intervention. Typology. Scale. Political training.

### UNA TIPOLOGÍA DEL ACTIVISMO PROFESIONAL EN LA INTERVENCIÓN EDUCATIVA, SOCIAL Y COMUNITARIA

**RESUMEN:** Este estudio analiza el Activismo Profesional en el ámbito del trabajo educativo, social y comunitario con personas en situación de vulnerabilidad en Portugal. Pretende contribuir a su caracterización, especialmente en lo que respecta a la pluralidad de enfoques, mediante la construcción y validación de la Escala de Tipología del Activismo Profesional. Mediante el análisis estadístico descriptivo e inferencial de los datos recogidos a través de una encuesta de 338 participantes, presenta una tipología compuesta por diferentes tipos de activismo profesional, altamente correlacionados: Colectivo, Individual, Especializado y Radical. También señala tendencias de influencia de factores como el sexo/género, años de servicio y la formación en activismo profesional en la implicación con estos enfoques. Se destacan las implicaciones para la formación de los profesionales en este ámbito.

**Palabras clave:** Activismo profesional. Intervención educativa/social/comunitaria. Tipología. Escala. Formación política.

## Introdução

O cruzamento entre o trabalho e o político, particularmente no âmbito da intervenção educativa, social e comunitária, é abordado na investigação com recurso à terminologia diversa, de acordo com a área profissional a que se refere (PICOWER, 2012; WOLFF, 2013; MACDONNELL; BUCK-MCFADYEN, 2016; PETRARCA, 2016; WEISS-GAL, 2017): ativismo social e/ou político, *advocacy*, prática política baseada no trabalho. Porém, independentemente das especificidades que os possam distinguir, esses conceitos remetem invariavelmente à ideia de um envolvimento profissional político que visa à defesa de causas sociais e das pessoas em situação de vulnerabilidade, orientado para o questionamento do *status quo* e para a promoção da justiça social. É esse campo comum, relativamente menos explorado na investigação, que entendemos como “ativismo profissional” (COSTA; VAZ; MENEZES, 2021a): a pessoa “ativista profissional” é alguém que se posiciona e age politicamente em contexto de trabalho, propositando confrontar a injustiça e promover mudanças políticas e sociais – eventualmente porque acredita que essa dimensão política é essencial para a prossecução dos seus princípios éticos e objetivos profissionais.

A intervenção educativa, social e comunitária, não sendo neutra, pode posicionar-se tanto ao serviço “da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto ao serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável” (FREIRE, 2000, p. 27). Nesse sentido, trabalhar em nome da ética e da transformação das condições injustas pressupõe uma prática interventiva e educativa radical, assente na crítica e reflexão como base para a ação e implica relações mútuas de aprendizagem e conscientização, por meio das quais a/o profissional se refaz na luta por “trans-formar” o mundo (FREIRE, 2000, p. 26).

A relevância e o poder do envolvimento político de profissionais que trabalham com pessoas em situação de vulnerabilidade, a favor da promoção do bem-estar e da justiça social, mediante a conscientização e a transformação de estruturas opressivas, estão amplamente difundidos na literatura (FREIRE, 1975; MARTÍN-BARÓ, 1986; HOOKS, 1994; PRILLELTENSKY; NELSON, 2002; MENEZES, 2007; REICH et al., 2007). A investigação tem também focado no processo de desenvolvimento e apropriação desse papel profissional político em diversas áreas e contextos profissionais (HERBERT; LEVIN, 1996; MENDES, 2007; OLLIS, 2008, 2010; LUSTIG-GANTS; WEISS-GAL, 2015; KOZAN; BLUSTEIN, 2018; PAWAR, 2019; WEISS-GAL; GAL, 2020).

Paralelamente, são também muitas as orientações de instituições de representação profissional (e.g., associações, sindicatos ou ordens profissionais), no âmbito do trabalho educativo, social e comunitário, que incentivam o ativismo profissional orientado para a justiça social e em benefício das pessoas em situação de vulnerabilidade (e.g., IFSW, 2018; APA, 2019; ANA, 2022)<sup>1</sup>, no entanto é relativamente escassa a investigação sobre como é posto em prática esse ativismo profissional, particularmente em Portugal, e de maneira especial numa ótica multidisciplinar e multiprofissional em contextos de trabalho diversos (HEINOWITZ et al., 2012; KOZAN; BLUSTEIN, 2018; WEISS-GAL; GAL, 2020), como é característica da intervenção educativa, social e comunitária com pessoas em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, é também fundamental criar ferramentas de pesquisa adequadas que permitam compreender como se caracteriza esse papel profissional, averiguando a diversidade de atividades e estratégias que integra, e ainda como ele é concebido pelas pessoas que o implementam e como estas aprendem e se envolvem com essa prática (HEINOWITZ et al., 2012; WEISS-GAL, 2017). Além disso, a investigação sobre o tema realça a necessidade de potenciar o envolvimento político dessas/es profissionais, nomeadamente por meio do investimento na sua formação política, que, em contexto de educação formal, é ainda bastante reduzida, limitando necessariamente a sua capacitação e o acesso às ferramentas essenciais, para analisar criticamente as estruturas e políticas sociais e para agir politicamente, assumindo esse papel como uma das suas atividades profissionais (WEISS; GAL; KATAN, 2006; HEINOWITZ et al., 2012; NADAL, 2017).

## O Ativismo Profissional na Prática: da Ação Concreta às Lógicas de Ação

Da crescente investigação que aborda e caracteriza o ativismo profissional em termos de ações concretas e da forma como estas se organizam em lógicas de ação, ou seja, em abordagens específicas ou tipos de ativismo profissional, destacamos algumas conclusões de pesquisas realizadas em diversas áreas disciplinares/profissionais dos campos educativo, social e comunitário que permitem enquadrar a problemática em estudo.

Iniciamos com uma revisão da literatura que abrange 51 estudos (desenvolvidos entre 1964 e 2015) e que faz o mapeamento da investigação acerca do envolvimento de profissionais do serviço social com o campo político (WEISS-GAL, 2017), integrando um artigo que explora a realidade do trabalho social em Portugal, com enfoque na repolitização do referido país em contexto de crise econômica europeia (IOAKIMIDIS; SANTOS; HERRERO, 2014). A autora da revisão da literatura opta pela expressão “prática política” para definir a ação movida pela missão de melhorar a vida de populações em situação de vulnerabilidade por meio da formulação e alteração de políticas locais, nacionais e internacionais que as afetam diretamente.

Tal como na definição de ativismo profissional que assumimos para este estudo, Weiss-Gal (2017) considera essa prática enquanto parte integrante da atividade profissional, diferenciando-a da atividade política que possa ser desenvolvida voluntariamente ou fora do contexto profissional. No que diz respeito às atividades ou estratégias concretas de implementação da prática política, com base na parcela dos artigos considerados que discute essa temática, a autora agrupa-as em quatro categorias: *advocacy* legislativo (e.g., contatar responsáveis

por decisões políticas), ação social (e.g., organizar conferências ou ajudar comunidades a organizar ações coletivas para a mudança de políticas), investigação, análise e documentação (e.g., sobre problemas, políticas e programas sociais), e *advocacy* interno (e.g., promover mudanças nas políticas das organizações).

Em educação, Montañó et al. (2002) e Picower (2012) falam do ativismo de professoras/es cujo trabalho é orientado para a justiça social (*teacher activism*), i.e., que se envolvem ativamente na promoção da transformação social, quer no campo da educação, quer no que respeita a outras questões relevantes, como o trabalho, a saúde e a habitação. Nesse âmbito, distinguem o ativismo que essas/es professores podem desenvolver dentro da sala de aula (criar relações respeitadas com as/os estudantes, preparar as/os estudantes para criar mudança) e fora dela, tomando medidas para desafiar sistemas opressivos que geram desigualdades nos âmbitos educativo e societal.

Referimos ainda a outro estudo qualitativo sobre o *advocacy* de profissionais do campo da psicologia (KOZAN; BLUSTEIN, 2018) que divide essa prática profissional em dois níveis, o individual (e.g., trabalho de consulta/psicoterapia orientado para a justiça social com pessoas marginalizadas) e o organizacional (e.g., ações de promoção de diversidade, inclusão e justiça social na sua e noutras organizações, como a formação sobre multiculturalidade ou a participação em comitês para a diversidade). Esse estudo destaca a ausência e a importância de um envolvimento ao nível mais macro, nas arenas pública e sociopolítica.

Por sua vez, em um estudo acerca do envolvimento de profissionais de saúde da linha de frente (enfermeiras/os, assistentes sociais e médicas/os) com o *advocacy* político para a promoção da saúde e do bem-estar das/os pacientes e do seu acesso aos cuidados, Jansson et al. (2017) contrastam a defesa de políticas (*policy advocacy*) com a defesa da/do paciente (*patient advocacy*). Enquanto esta última opção pretende promover o acesso a serviços, direitos e benefícios de pessoas específicas, a defesa de políticas pode atingir mudanças num campo mais abrangente, em hospitais, nas comunidades ou ao nível das leis que melhorem o bem-estar de um número significativo de pacientes.

Na área da enfermagem, MacDonnell e Buck-McFadyen (2016) organizam as práticas ativistas profissionais de enfermeiras/os (*nursing activism*) nos níveis: micro (e.g., *advocacy* em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade, por intermédio de cuidados clínicos diretos); meso (e.g., envolvimento em sindicatos para influenciar a reforma dos cuidados de saúde); e macro (e.g., defesa de melhores práticas clínicas, desenvolvimento de políticas).

Heinowitz et al. (2012), no campo da psicologia, também consideram que o *advocacy* profissional envolve quer a defesa dos direitos humanos e civis básicos e o acesso justo e apropriado a serviços (*advocacy* de justiça social), quer a promoção de mudanças legislativas necessárias à melhoria das condições de vida das pessoas, por meio da sensibilização e influência de decisores políticos (*advocacy* de políticas públicas). No entanto, com base nos resultados de um estudo empírico quantitativo, evidenciam a falta de consciência e de conhecimento acerca das questões de política pública como um preditor relevante do menor envolvimento político das/os profissionais, salientando a importância de investir na sua formação profissional para a prática política.

No âmbito do direito, salientamos uma pesquisa que explora a relação entre o exercício profissional nessa área e o investimento militante na defesa de causas (PETRARCA, 2016). A autora concretiza essa intervenção na articulação política e no *advocacy*, que se manifestam na mobilização do conhecimento jurídico para o protesto contra as injustiças e na luta pela promoção, ampliação e efetivação dos direitos humanos. Destaca ainda a potencialidade dessa experiência para a criação de outro sentido para a profissão e para a reconceitualização do seu papel profissional.

A apresentação dessa variedade de formas ou tipos de ativismo profissional, não pretendendo ser exaustiva, permite dar conta da amplitude do ativismo profissional em termos de ações e abordagens, de como é organizado em função dos diversos olhares e campos teóricos e ainda das comunalidades existentes entre eles, de particular interesse para esta investigação.

Por fim, um primeiro estudo qualitativo que realizamos sobre o tema (COSTA; VAZ; MENEZES, 2021a), com um grupo de 12 pessoas reconhecidas pelo seu ativismo profissional em Portugal, retrata esse ativismo profissional como um conjunto vasto e diverso de ações (*e.g.*, conversas e debates, iniciativas de protesto, o confronto de discursos racistas) e de abordagens (*e.g.*, mais ou menos visíveis, silenciosas, arriscadas ou convencionais) (CORNING; MYERS, 2002), motivadas por um sentido de (in)justiça e orientadas por/para um ideal utópico de transformação social. Esse estudo corrobora a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da diversidade de formas que o ativismo profissional pode assumir, no sentido de as conhecer e caracterizar, mas também como maneira de abarcar as diferentes concepções de profissionais ativistas sobre o fenômeno e de ampliar a visão de outras/os profissionais sobre esse papel profissional e, eventualmente, potencializar a sua apropriação.

Assim, os resultados e as lacunas da literatura sobre o tema motivam a procura de um entendimento mais abrangente sobre o ativismo profissional, incentivando-nos especialmente a explorar a sua pluralidade de formas, abordagens ou estilos e contribuindo para o desenho e a implementação do estudo que aqui apresentamos. Além disso, consideramos pertinente explorar a relação entre esses ativismos e aspectos como a formação política, a experiência ou os anos de trabalho na área e o sexo/gênero que o estudo qualitativo prévio e a literatura apontam como potencialmente relevantes para a compreensão do envolvimento com o fenômeno.

Concretamente, a literatura dá especial relevância à educação para a política, enquanto preditor do envolvimento com o ativismo profissional, sugerindo que a consciência política, saberes específicos e a preparação para a prática, provavelmente relacionados com a formação nessa área, representam incentivos ou barreiras, quando ausentes, ao envolvimento com o ativismo profissional (MONTAÑO et al., 2002; HEINOWITZ et al., 2012; PICOWER, 2012; MENDES, 2013; MACDONNELL; BUCK-MCFADYEN, 2016; SERRANO-GARCÍA; LUGO-HERNÁNDEZ, 2016; WEISS-GAL, 2017). A referência aos anos de trabalho (experiência, antiguidade, estatuto profissional) é também recorrente e positivamente associada ao envolvimento e compromisso com o ativismo profissional, pelo pressuposto de que mais anos de trabalho favorecem a especialização na área de trabalho, o interesse pela política, o sentido de autoeficácia e o de segurança no emprego, promovendo a expressão menos hesitante de opiniões e a motivação para intervir no âmbito político (LUSTIG-GANTS; WEISS-GAL, 2015; GEWIRTZ-MEYDAN; WEISS-GAL; GAL, 2016; WEISS-GAL; GAL, 2020). Quanto à dimensão do sexo/gênero, a literatura realça a influência de papéis, expectativas sociais, desigualdades e relações de dominação associadas, nas identidades, práticas e impactos do ativismo profissional, originando desequilíbrios (*e.g.*, menor participação por parte das mulheres) e formas genderizadas de ativismo que importam reconhecer e sobre os quais é necessário aprofundar o conhecimento (DODSON, 2015; MACDONNELL; BUCK-MCFADYEN, 2016; PETRARCA, 2016).

## Metodologia

Avançamos para a realização de uma pesquisa de âmbito quantitativo que permitisse explorar a multiplicidade de dimensões caracterizantes do ativismo profissional e, concretamente, averiguar a sua diversidade em termos de abordagem. Nesse sentido, foi administrado um inquérito por questionário a uma amostra alargada de profissionais que trabalham nos contextos educativo, social e comunitário com pessoas em situação de vulnerabilidade, em Portugal.

## Participantes

Este estudo contou com a participação de 338 pessoas, autoidentificando-se a grande maioria com o sexo/gênero feminino (77,5%; 21,6% masculino e 0,9% não binário)<sup>2</sup>. A sua idade variou entre os

24 e os 71 anos (média – M = 43; desvio padrão – DP = 10), e 72,5% tinha entre 30 e 50 anos. Como de se esperar, a quase totalidade frequentou o ensino superior (92,3%), e as/os restantes (7,8%) frequentaram o ensino secundário geral (1,5%) e profissional (0,9%), cursos de especialização (1,8%) ou outros graus de ensino (3,6%). No que diz respeito à área da formação, predominam as ciências sociais (psicologia = 24,9%; educação = 18%, serviço social = 16,5%; e outras ciências sociais = 17,4%), seguidas das áreas de saúde e bem-estar (9,3%), arte e cultura (3,6%), *design* e arquitetura (2,4%), ciências exatas e naturais (2,1%) e outras áreas (6%). Apenas 10,4% teve formação específica em *advocacy* ou ativismo profissional. O tempo de trabalho no âmbito da intervenção educativa, social e comunitária ficou entre um e 50 anos (M = 17,4; DP = 10). A maioria (66,5%) desempenha funções de carácter técnico ou especialista (e.g., técnica/o de projeto, professor/a, psicóloga/o, médica/o), e 27,7% ocupa cargos de chefia (e.g., direção, coordenação ou gestão de organizações, associações, projetos e/ou equipes).

## Instrumento e Procedimentos de Recolha de Dados

Este estudo reporta a construção e validação da Escala da Tipologia de Ativismo Profissional (COSTA; VAZ; MENEZES, 2023), integrada num inquérito mais alargado, o Inquérito sobre Ativismo Profissional, que consiste em um questionário de autopreenchimento composto de questões que exploram dimensões que, segundo a literatura e os resultados do estudo qualitativo prévio, concorrem para caracterizar e explicar o envolvimento com o ativismo profissional. A primeira versão do questionário foi revista e validada por um grupo de pessoas destinatárias do estudo, por meio do método de reflexão falada, e a versão final, aprovada pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Finalmente, o inquérito foi disseminado *online*<sup>3</sup> (e.g., e-mail, Facebook, canais de comunicação internos de redes de trabalho), entre janeiro e setembro de 2020, e administrado pela plataforma Limesurvey. Para a sua disseminação, recorreremos a contatos pessoais/profissionais, à pesquisa de organizações/instituições de interesse e à sugestão de participantes do estudo prévio e de outras/os profissionais da área que se envolveram também ativamente nessa divulgação. O tempo de preenchimento do questionário era de cerca de 20 minutos.

Consideramos como potenciais participantes todas as pessoas que voluntariamente aceitassem participar, mediante o preenchimento do questionário, informando-as acerca do foco da pesquisa, da necessidade de terem mais de 18 anos e de exercerem a sua profissão no contexto educativo, social e comunitário com pessoas em situação de vulnerabilidade em Portugal.

Para efeitos deste estudo, consideramos unicamente a escala da tipologia de ativismo profissional, cuja estrutura dimensional final resultou de um processo de ponderação com base na pertinência teórica de cada dimensão, na sua adequação aos resultados da investigação prévia e na sustentação empírica decorrente de análises de confiabilidade estatística da escala. Observamos ainda a relação entre a escala e as variáveis *sexo/gênero*, *anos de trabalho* e *formação em advocacy/ativismo profissional*.

Exploramos a diversidade de tipos ou estilos de ativismo profissional por intermédio de um conjunto de itens adaptados da escala de orientação para o ativismo (*activism orientation scale*; CORNING; MEYERS, 2002) e da versão portuguesa da escala de ação política (LYONS, 2008; MENEZES et al., 2012), bem como de itens criados pela equipe de investigação com base no estudo qualitativo anterior. Assim, foi pedido a cada participante que considerasse uma lista de atividades e que, pensando no seu trabalho, nas populações com quem trabalha e/ou nas causas que defende nesse contexto, refletisse sobre a questão “Eu fiz isso no(s) último(s) ano(s)?”. Cada participante deveria indicar a frequência com que realizou cada uma das atividades,



numa escala de 1 (nunca) a 5 (muito frequentemente). Estes são exemplos das atividades apresentadas: “Organizar/participar de uma reunião pública, manifestação ou marcha sobre questões sociais ou políticas relacionadas com o trabalho que desenvolvo” e “Contatar decisores/as políticos/as, para partilhar informações/recomendações políticas e sensibilizar para os problemas das pessoas com quem trabalho (público-alvo)”.

Quanto aos dados sociodemográficos, foi pedido a cada participante que respondesse às seguintes questões, criadas pela equipe de investigação: qual é o seu sexo/gênero? (questão aberta); há quantos anos trabalha no âmbito educativo, social e comunitário? (questão aberta); teve alguma formação em *advocacy* ou ativismo profissional? (opções sim e não).

## Análise de Dados

Os dados obtidos com o inquérito foram tratados por meio de análise estatística descritiva e inferencial, com recurso ao *software* IBM Statistical Package for the Social Sciences Statistics 26.0. Primeiramente, desenvolvemos uma análise descritiva de frequências global para obter uma visão geral dos dados e para a caracterização da amostra. Em seguida, no sentido de explorar a diversidade tipológica do ativismo profissional, ou seja, de encontrar uma estrutura latente da escala que explicasse as intercorrelações observadas entre as diferentes variáveis em análise, procedemos à análise fatorial exploratória (MARÔCO, 2011), recorrendo ao método de extração de máxima verossimilhança com rotação *Varimax*. Constatamos a variância explicada pelos diferentes fatores e a saturação dos itens em cada fator identificado e, posteriormente, na expectativa de validar a respectiva escala, realizamos sua análise de confiabilidade ou consistência interna (alfa de Cronbach).

Seguidamente, traçamos uma análise descritiva da escala e análises de correlação, para explorar eventuais associações entre os fatores e entre estes e a variável “anos de trabalho”. Finalmente, recorremos a análises de variância univariada para explorar diferenças entre grupos relativamente aos fatores, considerando para o efeito as variáveis “sexo/gênero” e “formação em *advocacy*/ativismo”.

## Resultados: a Diversidade Tipológica do Ativismo Profissional

Mediante a análise fatorial exploratória, identificamos a presença de quatro fatores (Tabela 1), que representam diferentes tipos de ativismo profissional e que explicam 49,9% da variância, com bons indicadores de fiabilidade:

- Coletivo, com cinco itens ( $\alpha = 0,80$ ) (e.g., Organizar/participar de uma reunião pública, manifestação ou marcha sobre questões sociais ou políticas relacionadas com o trabalho que desenvolvo);
- Individual, também com cinco itens ( $\alpha = 0,81$ ) (e.g., Partilhar a minha opinião sobre um assunto social ou político relacionado com o meu trabalho por meio da publicação de artigos/textos de opinião/vídeos nos *media*, em blogues, no Facebook etc.);
- Especializado, com três itens ( $\alpha = 0,77$ ) (e.g., Contatar responsáveis por decisões políticas, para partilhar informações/recomendações políticas e sensibilizar para os problemas das pessoas com quem trabalho [público-alvo]);
- Radical, com três itens ( $\alpha = 0,69$ ) (e.g., Participar de ações políticas de protesto que possam ser ilegais (e.g., queimar uma bandeira, bloquear o acesso a um edifício ou área pública, atirar pedras etc.) contra situações de injustiça vividas pelas pessoas com quem trabalho [público-alvo]).

A Tabela 1 apresenta os valores relativos aos vários itens considerados para cada fator.

**Tabela 1.** Análise fatorial exploratória | matriz dos fatores rotativa: tipos de ativismo profissional\*.

Itens	Fator			
	1	2	3	4
Apoiar e promover a organização e mobilização das pessoas com quem trabalho (público-alvo) para a defesa das causas que as afetam	<b>0,684</b>	0,269		
Organizar/participar de uma reunião pública, manifestação ou marcha sobre questões sociais ou políticas relacionadas com o trabalho que desenvolvo	<b>0,597</b>	0,251	0,413	
Acompanhar as pessoas com quem trabalho (público-alvo) a serviço, testemunhar o atendimento recebido e denunciar, se necessário	<b>0,560</b>			0,276
Participar de concertos/eventos de angariação de fundos ou dar dinheiro para uma causa social ou política relacionada com o trabalho que desenvolvo	<b>0,487</b>			0,374
Participar de conversas e debates (assembleias, reuniões, discussões em grupo, conversas informais) para discutir possíveis soluções para os problemas das pessoas com quem trabalho (público-alvo)	<b>0,408</b>	0,290	0,313	
Partilhar informações (notícias, músicas, vídeos) e discutir sobre questões sociais e políticas relativas ao meu trabalho, na internet		<b>0,794</b>		
Partilhar a minha opinião sobre um assunto social ou político relacionado com o meu trabalho por meio da publicação de artigos/textos de opinião/ vídeos nos <i>media</i> , em blogs, no Facebook etc.		<b>0,714</b>	0,315	
Confrontar discursos, declarações, piadas ou insinuações que se opõem às causas das pessoas com quem trabalho (e.g., discursos preconceituosos, xenófobos, homofóbicos, machistas etc.)		<b>0,539</b>		
Utilizar a cultura e a arte (literatura, teatro, cinema e música) como ferramentas políticas de sensibilização para causas que defendo no meu trabalho	0,349	<b>0,476</b>		0,269
Participar de ou boicotar um grupo do Facebook (e outras redes sociais <i>online</i> ) ou um protesto <i>online</i> sobre questões sociais e políticas relativas ao meu trabalho	0,264	<b>0,457</b>		0,307
Realizar apresentações públicas em conferências, grupos de discussão e formações em que alerto para situações de injustiça vividas pelas pessoas com quem trabalho (público-alvo)	0,340	0,253	<b>0,704</b>	
Partilhar a minha opinião sobre um assunto social ou político relacionado com o meu trabalho por meio da publicação de artigos científicos ou de opinião em revistas técnicas ou científicas			<b>0,617</b>	0,306
Contatar decisores/as políticos/as, para partilhar informações/recomendações políticas e sensibilizar para os problemas das pessoas com quem trabalho (público-alvo)	0,453		<b>0,541</b>	
Organizar/participar de um acampamento ou ocupação para alertar e sensibilizar para uma causa ou situação de injustiça vivida pelas pessoas com quem trabalho (público-alvo)	0,280			<b>0,664</b>
Participar de ações políticas de protesto que possam ser ilegais (e.g., queimar uma bandeira, bloquear o acesso a um edifício ou área pública, atirar pedras etc.) contra situações de injustiça vividas pelas pessoas com quem trabalho (público-alvo)				<b>0,609</b>
Envolver-me numa atividade política relacionada com o meu trabalho que sabia que poderia trazer consequências negativas no âmbito profissional (repreensão, despedimento etc.)			0,368	<b>0,477</b>

\*Método de extração: máxima verossimilhança; método de rotação: *Varimax* com normalização de Kaiser (rotação convergida em nove iterações).

Importa referir que qualquer um desses ativismos, independentemente da sua especificidade em termos de abordagem, se implementa com o propósito de debater assuntos sociais ou políticos relacionados com o trabalho das/dos participantes, alertar e sensibilizar para as situações de injustiça vividas pelas pessoas com quem trabalham, protestando e confrontando-as ativamente.

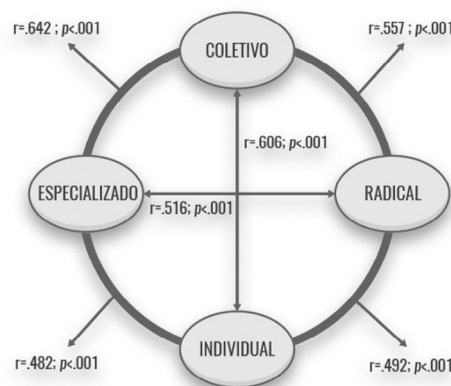
Posto isto, o *ativismo coletivo* implica, particularmente, colaboração e apoio, organização e mobilização, capacitação e empoderamento, envolvendo profissionais, pessoas em situação de



vulnerabilidade com quem estes trabalham e outras pessoas-chave, em ações de âmbito coletivo (reuniões, eventos, conversas, debates, manifestações, marchas). O *ativismo individual* define-se pela singularidade na ação e traduz-se, essencialmente, na partilha de informação/opinião e discussão, presencial, na mídia, nas redes sociais e em outras plataformas *online*, por meio de comunicações, conversas, escrita, recursos audiovisuais, artísticos e culturais. O *ativismo especializado* consiste numa abordagem técnico-científica e concretiza-se basicamente na partilha, disseminação e discussão de informação ou opinião em contextos formais e institucionais (e.g., apresentações em conferências, formação, publicação de artigos, contato com decisores políticos e produção de recomendações). Por fim, o *ativismo radical* constitui um estilo de fazer política mais informal, alternativo, disruptivo ou arrojado (e.g., intervenções de protesto ilegais, participação em acampamentos/ocupações) e com potencial para apresentar maiores riscos em termos pessoais/profissionais.

Os dados apontam para uma ligeira superioridade do ativismo coletivo ( $M = 3,37$ ;  $DP = 0,98$ ). Logo a seguir, destaca-se o ativismo individual ( $M = 3,29$ ;  $DP = 1,04$ ). Em terceiro lugar, está o ativismo especializado ( $M = 2,93$ ;  $DP = 1,21$ ). Por fim, e de modo mais residual, vem o ativismo radical ( $M = 1,83$ ;  $DP = 0,92$ ).

Essas quatro formas de ativismo estão altamente correlacionadas entre si (Fig. 1), apresentando associações positivas, significativas e moderadamente elevadas. Esses resultados revelam que, apesar da sua diversidade na abordagem, existe forte tendência de serem implementadas concomitantemente, ou seja, a/o profissional ativista que põe em prática uma dessas formas de ativismo profissional, podendo até ser mais ativa/o numa modalidade específica, acaba por desempenhar também as restantes.



Fonte: Autores.

**Figura 1.** Correlações entre os tipos de ativismo profissional.

Os resultados revelam ainda diferenças significativas em função do sexo/gênero<sup>4</sup> relativamente ao envolvimento nos diferentes tipos de ativismo (Tabela 2). Concretamente, parece existir maior envolvimento por parte dos participantes “masculinos” com o ativismo especializado [ $Z(1,333) = 5,204$ ;  $p \leq 0,05$ ] e o radical [ $Z(1,333) = 4,441$ ;  $p \leq 0,05$ ]. Não se verificam diferenças relativamente ao ativismo coletivo [ $Z(1,333) = 0,004$ ;  $p = 0,952$ ] nem ao individual [ $Z(1,333) = 2,940$ ;  $p = 0,087$ ].

**Tabela 2.** Diferenças em função do sexo/gênero.

	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	Z	Significância
Ativismo coletivo	0,003	1	0,003	0,004	0,952
Ativismo individual	2,932	1	2,932	2,940	0,087
Ativismo especializado	7,385	1	7,385	5,204	0,023
Ativismo radical	3,324	1	3,324	4,441	0,036

df: graus de liberdade. Fonte: Autores.

O número de anos de trabalho não apresenta associações significativas com o ativismo coletivo, o individual nem o especializado e exibe correlação significativa muito baixa com o ativismo radical ( $r = 0,109$ ;  $p \leq 0,05$ ) (Tabela 3).

**Tabela 3.** Correlações entre os anos de trabalho e os tipos de ativismo profissional.

	Ativismo coletivo	Ativismo individual	Ativismo especializado	Ativismo radical
Correlação de Pearson	0,020	0,015	0,108	0,109*
Significância	0,724	0,794	0,051	0,049

\*A correlação é significativa no nível 0,05 (duas extremidades). Fonte: Autores.

Verificamos ainda a existência de diferenças significativas de relevo entre o grupo que teve formação em *advocacy*/ativismo profissional e o grupo que não teve formação (Tabela 4), apontando para um maior envolvimento por parte das pessoas que tiveram formação na área nos diferentes tipos de ativismo.

**Tabela 4.** Diferenças em função da formação em *advocacy*/ativismo profissional.

	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	Z	Significância
Ativismo coletivo	15,300	1	15,300	17,363	0,000
Ativismo individual	8,609	1	8,609	8,822	0,003
Ativismo especializado	23,181	1	23,181	17,054	0,000
Ativismo radical	3,975	1	3,975	5,370	0,021

df: graus de liberdade. Fonte: Autores.

## Discussão e conclusão

Na expectativa de contribuir para o conhecimento acerca do ativismo profissional no contexto do trabalho educativo, social e comunitário com pessoas em situação de vulnerabilidade, e particularmente para a caracterização da sua diversidade em termos de formas ou abordagens de implementação, desenvolvemos um estudo exploratório quantitativo que analisa o fenômeno no contexto português, por meio da construção e validação da escala da tipologia de ativismo profissional, integrada num inquérito sobre o tema, de âmbito mais alargado.

Antes de mais, consideramos relevante referir duas principais limitações deste estudo, sobretudo relativas ao processo metodológico e de construção do instrumento. A primeira limitação prende-se ao fato de esse ser um questionário de autopreenchimento, permitindo aceder apenas à visão das/dos profissionais, que é parcial e mais propensa à desajustabilidade social, embora constitua uma componente valiosa da prática profissional (O'BRIEN, 2010). A segunda limitação diz respeito ao fato de a escala em análise ter sido especificamente construída pela equipe de investigação para estudar o ativismo profissional, requerendo outros processos de validação e análises de confiabilidade.

O fato de este ser um estudo transversal e com uma amostra não probabilística não configura, a nosso ver, uma limitação, por não termos a pretensão de fazer afirmações de causalidade ou generalizações para o universo desse grupo profissional, atendendo à intenção exploratória da pesquisa. Tendo presentes as limitações enunciadas, é de valorizar o caráter inovador deste estudo e a oportunidade que a criação, aplicação e validação dessa escala proporcionam no sentido de aprofundar o conhecimento acerca de um tema pouco explorado, como é o caso do envolvimento com o ativismo político de maneira específica relacionado com o trabalho (LUSTIG-GANTS; WEISS-GAL, 2015; WEISS-GAL; GAL, 2020), particularmente em Portugal.

Os resultados deste estudo respondem ao objetivo de conhecer a diversidade de formas ou estilos de ativismo profissional, apresentando uma tipologia do ativismo profissional, constituída dos ativismos “coletivo”, “individual”, “especializado” e “radical” – que seguem a mesma ordem decrescente em termos de

tendência de envolvimento das pessoas participantes. Os quatro tipos de ativismo profissional se diferenciam essencialmente pela abordagem e pelo contexto de implementação, mas, estando bastante correlacionados entre si, revelam fronteiras tênues, possivelmente por adaptação às necessidades e exigências de cada causa e/ou perfil ativista, ou por contingência das oportunidades e limitações, individuais, coletivas, contextuais ou organizacionais. Os dados sugerem, assim, a propensão para um repertório variado de abordagens ativistas que, segundo a literatura, pode mesmo contribuir para o sucesso da mobilização (MORRIS, 1993).

Essa diversidade e inter-relação tipológica estavam também presentes no discurso das pessoas participantes do estudo qualitativo prévio. No que diz respeito à diversidade, realçamos a referência a múltiplas possibilidades na forma de comunicar/implementar as suas reivindicações, nomeadamente por intermédio de “*um ativismo mais silencioso*”, em que se está “*nos bastidores*”, “*por trás a fazer coisas que são muito pouco visíveis*”, ou de um ativismo “*de se ir para a rua de bandeiras nas mãos*” (M.O., 40 anos, mulher, direito, asilo e imigração; COSTA; VAZ; MENEZES, 2021a), ou pela opção por um envolvimento individual, por exemplo “*de pessoas [...] que pensem e escrevam sobre as coisas e publiquem artigos de opinião*”, ou então por um “*trabalho dentro das [organizações não governamentais] ONG, porque tem visibilidade para fora*” (C.A., 63 anos, mulher, medicina, prevenção do vírus da imunodeficiência humana).

A opção pelas abordagens individualmente ou até pela sua conjugação é referida como uma questão estratégica muito relevante para o sucesso da intervenção ativista. É realçado que encontrar a forma ideal de agir/comunicar representa uma tarefa difícil e que implica aprendizagem, no sentido de saber reconhecer as oportunidades para a ação (momento/contexto certo), identificar oportunidades relevantes para o sucesso e, finalmente, definir a abordagem adequada: individual ou coletiva; mais ou menos formal, discreta, cordial, disruptiva ou até legal; considerando a possibilidade de estas serem complementares (COSTA; VAZ; MENEZES, 2021b).

Parece-nos particularmente interessante assinalar o contraste entre o carácter invariavelmente presencial, público, colaborativo e comunitário das atividades concretas que estão na base do ativismo coletivo (e.g., reuniões/debates, manifestações, eventos, acompanhamento a serviços) e o cunho tendencialmente pessoal do ativismo individual (e.g., escrita/publicação de textos, participação em protestos *online*, partilha de notícias, vídeos, música etc.) que recorre a plataformas de partilha *online* e na mídia, podendo ser mais (ou menos) privado ou até anônimo. Entre o ativismo especializado e o radical, sobressai também a relação dicotômica de *insider/outsider* do âmbito institucional, pelo carácter formal ou informal, e mais ou menos normativo desses ativismos (e.g., partilhar informações/recomendações políticas vs. bloquear o acesso a um edifício ou área pública), que pode posicionar e impactar as/os profissionais e respectivas causas de modo diferente, nomeadamente de maneira mais negativa quão mais radical for a abordagem.

Essa tipologia integra práticas de ativismo profissional que se assemelham às referidas nos resultados dos estudos identificados na literatura sobre as práticas de ativismo profissional, mas diferencia-se nomeadamente da proposta de Weiss-Gal (2017), sobretudo no que diz respeito à definição dos fatores, por ser menos centrada na estratégia concreta (e.g., *advocacy* legislativo, investigação). Também acerca do estudo de Kozan e Blustein (2018), apesar da equivalência em termos de foco nas lógicas de ação, mormente individual ou organizacional/coletiva, distingue-se por contemplar ainda práticas que ambicionam transformações mais estruturais, de nível macro, aspecto que a aproxima mais das definições propostas por Montaño et al. (2002), Heinowitz et al. (2012), Picower (2012), MacDonnell e Buck-McFadyen (2016), Petrarca (2016) e Jansson et al. (2017).

A nossa proposta apresenta, ademais, algumas características especialmente interessantes. Em primeiro lugar, a sua natureza indutiva, *i.e.*, baseada nos dados. Em segundo lugar, porque contempla dimensões relevantes também presentes em recentes tipologias da participação cívica e política (e.g., EKMAN; AMNÅ, 2012) e em estudos/escalas sobre a orientação ativista (CORNING; MEYERS, 2002), nomeadamente

na diferenciação entre ativismo profissional de natureza individual e coletiva, ou na distinção entre dimensões mais convencionais (como o ativismo profissional especializado) ou fraturantes (como o ativismo profissional radical). Por fim, e em terceiro lugar, pois traz a possibilidade e mais-valia de permitir uma análise da inter-relação entre os diferentes tipos de ativismo.

Os dados revelam ainda que pessoas do sexo/gênero masculino aparecem significativamente associadas a um maior envolvimento com os ativismos especializado e radical. A esse respeito, importa dizer que a desigual representação de mulheres em cargos de gestão em Portugal (34%) (ILOSTAT, 2020), apesar de serem quem mais trabalham nas áreas da educação, da saúde e social (29,8%, relativamente a 6,7% dos homens; EIGE, 2020), contribui para o menor envolvimento das mulheres na prática política e, particularmente, no trabalho ativista mais formal, de representação institucional e comunicação/*lobbying* com decisores políticos, que é tendencialmente desenvolvido por pessoas que ocupam cargos de gestão (LUSTIG-GANTS; WEISS-GAL, 2015).

Sobre essa relação entre a variedade tática de homens e mulheres no ativismo e a estrutura de oportunidades de gênero na qual se inserem, a literatura diz ainda que em contextos menos igualitários se verifica a tendência para um maior envolvimento masculino em ações “confrontativas” (e.g., ocupações, greves, manifestações) e do feminino em táticas “não confrontativas” (e.g., boicotes, petições), bem como maior propensão por parte dos homens para se envolverem nesses dois tipos de ação. Essa tendência inverte-se em países onde o ambiente cultural apoia papéis de gênero mais igualitários, tendo aqui as mulheres maior probabilidade de se envolverem em ações confrontativas e não confrontativas (DODSON, 2015).

A desigualdade de gênero como potencialmente limitadora do envolvimento com o ativismo profissional de forma geral foi já apontada no estudo qualitativo, em que se caracteriza nomeadamente por maior sobrecarga e vulnerabilidade associada ao envolvimento com o ativismo profissional por se ser mulher (COSTA; VAZ; MENEZES, 2021a). Considerando esses resultados, enfatizamos a importância de se estudar o papel da desigualdade de gênero no (menor) envolvimento feminino com o ativismo profissional e o respectivo impacto ao nível da variedade tática, particularmente no contexto português.

A corroborar outros estudos que realçam a relevância da formação específica para o envolvimento profissional com a prática política (HERBERT; LEVIN, 1996; HEINOWITZ et al., 2012; LUSTIG-GANTS; WEISS-GAL, 2015; SERRANO-GARCÍA; LUGO-HERNÁNDEZ, 2016; JANSSON et al., 2017), a experiência de formação em *advocacy*/ativismo profissional revela favorecer significativamente o envolvimento com os diferentes tipos de ativismo.

Concretamente, a literatura tem demonstrado que a falta de formação política contribui para a manutenção de barreiras ao envolvimento com o ativismo profissional, como a falta de consciência política e de competência percebida para a discussão de políticas públicas (HEINOWITZ et al., 2012). Em consonância, no estudo qualitativo realizado, a falta de conhecimento histórico, social e político e de pensamento crítico resulta numa menor consciência, visão e compromisso político no trabalho educativo, social e comunitário em Portugal e, por conseguinte, em um menor envolvimento ativista na profissão (COSTA; VAZ; MENEZES, 2021a).

Sabemos o quanto dessa aprendizagem acaba por acontecer ou reforçar-se informalmente e em contexto, ou seja, de forma situada na prática (LAVE; WENGER, 1991; OLLIS, 2011), decorrente da ação/intervenção profissional diária e das relações que aqui se estabelecem, criando oportunidades de conscientização política, de aproximação ao ativismo e de apropriação deste como um papel profissional relevante (PETRARCA, 2016; COSTA; VAZ; MENEZES, 2021b). Todavia, o processo de desenvolvimento desse “caráter político” é dificultado na ausência de conhecimento ou capacitação prévia, sendo o contexto de formação inicial crucial na construção de um perfil profissional que vá além da dimensão técnica e agregue

princípios e saberes éticos e políticos (MELO et al., 2017) e que esteja consciente das suas possibilidades e potencialidades no campo político (SERRANO-GARCÍA; LUGO-HERNÁNDEZ, 2016).

Assim, no sentido de potenciar o envolvimento com o ativismo profissional, a literatura tem reforçado continuamente a importância não só de sensibilizar as/os profissionais para o envolvimento político, mas de empoderá-las/os nesse sentido, promovendo em contexto de formação inicial e avançada o aumento do seu conhecimento e capacidade crítica para interpretar a relação entre o contexto social, econômico e político e as dificuldades vividas pelas pessoas com quem trabalham; e ampliando a sua capacidade para agir política e profissionalmente, questionando e transformando essas condições injustas.

Generalizar e fortalecer esse saber-fazer no âmbito do trabalho educativo, social e comunitário é essencial, particularmente pensando em contrariar a opção de profissionais menos preparadas/os pela anulação do seu potencial político e pela compactuação com o *status quo* (MELO et al., 2017). Sendo cada vez mais reconhecida a importância desse papel profissional, os esforços para aumentar a participação política devem começar pela integração e priorização da formação política nos currículos da graduação de profissionais de intervenção educativa, social e comunitária com pessoas em situação de vulnerabilidade (HEINOWITZ et al., 2012; SERRANO-GARCÍA; LUGO-HERNÁNDEZ, 2016). Nesse contexto, o presente trabalho traz também um contributo, por permitir explorar e dar a conhecer diversas possibilidades de concretização do ativismo profissional, favorecendo a aproximação de diversos perfis pessoais e profissionais a esse campo da intervenção. Além disso, permite averiguar necessidades formativas e avaliar o impacto da formação nesse âmbito, nomeadamente ao nível do envolvimento de estudantes com o ativismo profissional.

Por oposição ao que nos diz a literatura (LUSTIG-GANTS; WEISS-GAL, 2015; GEWIRTZ-MEYDAN; WEISS-GAL; GAL, 2016), os anos de trabalho não parecem influenciar de forma relevante o envolvimento com os diferentes tipos de ativismo. Os resultados do estudo qualitativo não permitem clarificar essa relação, mas dizem-nos que a experiência de trabalho no âmbito da intervenção educativa, social e comunitária com pessoas em situação de vulnerabilidade promove a consciência crítica, política e ideológica, a empatia e saberes de comunicação, motivando o envolvimento com o ativismo profissional (COSTA; VAZ; MENEZES, 2021b), mas também que esse é um setor marcado pela precariedade e instabilidade profissional, particularmente das pessoas mais jovens, o que limita o envolvimento com essa prática profissional (e.g., “*a precariedade no setor social em Portugal é tão alta e os salários são tão baixos, que no fundo é uma máquina de produção de conformismo*” – B.E., 34 anos, homem, história e sociologia, técnico de projeto, asilo e imigração; COSTA; VAZ; MENEZES, 2021a).

Concluindo, a sustentação empírica decorrente das análises de confiabilidade estatística realizadas para este estudo demonstra que a escala apresentada é adequada para analisar as dimensões em foco, propiciando assim caracterizar a diversidade inerente ao ativismo profissional em termos de práticas e abordagens, à luz de uma grelha tipológica. Os resultados deste estudo apontam ainda tendências de envolvimento relativamente aos tipos de ativismo, destacando o efeito de fatores como o sexo-gênero, a formação em *advocacy*/ativismo profissional e os anos de trabalho, que consideramos importante aprofundar em futuros estudos, que explorem a multidimensionalidade associada ao ativismo profissional e que, por meio de análises estatísticas mais complexas e de reflexões sustentadas empírica e teoricamente, permitam clarificar o que contribui para o (não) envolvimento no ativismo profissional nesse contexto de trabalho.

Este estudo avança a discussão sobre o ativismo profissional na intervenção educativa, social e comunitária com pessoas em situação de vulnerabilidade em Portugal, alertando para a relevância de promover a formação e o envolvimento político das/os profissionais, e esperamos que abra caminho para futuros estudos sobre o tema, visibilizando e valorizando essa importante área de trabalho.

## Notas

1. American Nurses Association, American Psychological Association e International Federation of Social Workers.
2. Daqui em diante, referimo-nos a essas pessoas de acordo com a sua autoidentificação, *i.e.*, mulheres, homens e pessoas não binárias.
3. Esse formato de disseminação apresentou-se como o único viável, uma vez que a recolha de dados decorreu na fase inicial da pandemia de Covid-19.
4. Para essa análise, não consideramos a opção não binário, escolhida por apenas três dos 338 participantes. As pessoas participantes que se identificaram como não binárias (N = 3) também se envolvem com os diferentes tipos de ativismo, com ligeira superioridade no individual (M = 3,13; DP = 1,10) e coletivo (M = 3,40; DP = 0,72), seguidos do especializado (M = 2,67; DP = 1,15) e, de forma mais residual, do ativismo radical (M = 1,78; DP = 0,19).

## Contribuição dos Autores

**Problematização e Conceitualização:** Costa A. L.; Vaz H.; Menezes I.; **Metodologia:** Costa A. L.; Vaz H.; Menezes I.; **Revisão:** Costa A. L.; Vaz H.; Menezes I.; **Redação:** Costa A. L.

## Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas participantes do estudo e à colega Ana Beatriz Farah a ajuda na revisão do texto final.

## Referências

AMERICAN NURSES ASSOCIATION (ANA). **Advocacy**. Estados Unidos: ANA, 2022. Disponível em: <https://www.nursingworld.org/practice-policy/advocacy/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA) (2019). **Guidelines for Psychological Practice for People with Low-Income and Economic Marginalization**. Estados Unidos: APA, 2019. Disponível em: <https://www.apa.org/about/policy/guidelines-low-income.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CORNING, A. F.; MYERS, D. J. Individual orientation toward engagement in social action. **Political Psychology**, Limerick, v. 23, n. 4, p. 703-729, 2002. <https://doi.org/10.1111/0162-895X.00304>

COSTA, A. L.; VAZ, H.; MENEZES, I. Exploring the meanings of professional activism. **Community Development**, v. 52, n. 2, p. 244-261, 2021a. <https://doi.org/10.1080/15575330.2020.1866049>

COSTA, A. L.; VAZ, H.; MENEZES, I. The activist craft: learning processes and outcomes of professional activism. **Adult Education Quarterly**, v. 71, n. 3, 211-231, 2021b. <https://doi.org/10.1177/0741713620988255>



- COSTA, A. L.; VAZ, H.; MENEZES, I. Escala da Tipologia de Ativismo Profissional (ETAP). **Zenodo**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10034100>
- DODSON, K. Gendered activism: a cross-national view on gender differences in protest activity. **Social Currents**, Carolina do Sul, v. 2, n. 4, p. 377-392, 2015. <https://doi.org/10.1177/2329496515603730>
- EKMAN, J.; AMNÅ, E. Political participation and civic engagement: towards a new typology. **Human Affairs**, Eslováquia, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY (EIGE). **Gender Equality Index**. Work indicators in Portugal. Lituânia: EIGE, 2020. Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2020/domain/work/PT>. Acesso em: 25 maio 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Afrontamento, 1975.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- GEWIRTZ-MEYDAN, A.; WEISS-GAL, I.; GAL, J. Social workers' policy practice in non-profit human service organisations in Israel. **The British Journal of Social Work**, Oxford, v. 46, n. 7, p. 1890-1908, 2016. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcv138>
- HEINOWITZ, A. E.; BROWN, K. R.; LANGSAM, L. C.; ARCIDIACONO, S. J.; BAKER, P. L.; BADAAN, N. H.; ZLATKIN, N. I.; CASH, R. E. Identifying perceived personal barriers to public policy advocacy within psychology. **Professional Psychology: Research and Practice**, New Hampshire, v. 43, n. 4, p. 372-378, 2012. <https://doi.org/10.1037/a0029161>
- HERBERT, M.; LEVIN, R. The advocacy role in hospital social work. **Social Work in Health Care**, Filadelfia, v. 22, n. 3, p. 71-83, 1996. [https://doi.org/10.1300/J010v22n03\\_05](https://doi.org/10.1300/J010v22n03_05)
- HOOKS, B. **Teaching to transgress**: education as the practice of freedom. Abingdon: Routledge, 1994.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS (IFSW) (2018). **Código deontológico da profesión de diplomado en trabajo social**. IFSW, 2018. Disponível em: <https://www.ifsw.org/codigo-deontologico-de-la-profesion-de-diplomado-en-trabajo-social/>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION DATABASE (ILOSTAT). **Gender equality in the workplace remains elusive**. Genebra: ILOSTAT, 2020. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/gender-equality-in-the-workplace-remains-elusive/>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- IOAKIMIDIS, V.; SANTOS, C. C.; HERRERO, I. M. Reconceptualizing social work in times of crisis: an examination of the cases of Greece, Spain and Portugal. **International Social Work**, Reino Unido, v. 57, n. 4, p. 285-300, 2014. <https://doi.org/10.1177/0020872814524967>
- JANSSON, B. S.; NYAMATHI, A.; HEIDEMANN, G.; DUAN, L.; KAPLAN, C. Validation of the Policy Advocacy Engagement Scale for frontline healthcare professionals. **Nursing Ethics**, Reino Unido, v. 24, n. 3, p. 362-375, 2017. <https://doi.org/10.1177/0969733015603443>
- KOZAN, S.; BLUSTEIN, D. L. Implementing social change: a qualitative analysis of counseling psychologists' engagement in advocacy. **The Counseling Psychologist**, Hilo, v. 46, n. 2, p. 154-189, 2018. <https://doi.org/10.1177/0011000018756882>

- LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: Legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815355>
- LUSTIG-GANTS, S.; WEISS-GAL, I. Why do social workers become policy actors? **Journal of Policy Practice**, Filadélfia, v. 14, n. 3-4, p. 171-190, 2015. <https://doi.org/10.1080/15588742.2015.1017684>
- LYONS, E. **Political trust and political participation amongst young people from ethnic minorities in the NIS and EU**: a social psychological investigation. Belfast: Intas, 2008.
- MACDONNELL, J. A.; BUCK-MCFADYEN, E. How activism features in the career lives of four generations of Canadian nurses. **Policy, Politics, & Nursing Practice**, Nova York, v. 17, n. 4, p. 218-230, 2016. <https://doi.org/10.1177/1527154416688669>
- MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. Pêro Pinheiro: Report Number, 2011.
- MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. **Boletín de Psicología**, El Salvador, v. 22, p. 219-231, 1986.
- MELO, W. S.; OLIVEIRA, P. J. F.; MONTEIRO, F. P. M.; SANTOS, F. C. A.; SILVA, M. J. N.; CALDERON, C. J.; FONSECA, L. N. A.; SIMÃO, A. A. C. Guia de atributos da competência política do enfermeiro: estudo metodológico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 3, p. 552-560, 2017. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0483>
- MENDES, P. Social workers and social activism in Victoria, Australia. **Journal of Progressive Human Services**, Filadélfia, v. 18, n. 1, p. 25-44, 2007. [https://doi.org/10.1300/J059v18n01\\_03](https://doi.org/10.1300/J059v18n01_03)
- MENDES, P. Social workers affecting social policy in Australia. In: JOHN, G.; WEISS-GAL, I. (org.). **Social workers affecting social policy**. Bristol: Bristol University Press, Policy Press, 2013. p. 17-38.
- MENEZES, I. **Intervenção comunitária**: uma perspectiva psicológica. Porto: Livpsic, 2007.
- MENEZES, I.; FERNANDES-JESUS, M.; RIBEIRO, N.; MALAFAIA, C. Agência e participação cívica e política de jovens. In: MENEZES, I.; RIBEIRO, N.; FERNANDES-JESUS, M.; MALAFAIA, C.; FERREIRA, P. (org.). **Agência e participação cívica e política**: jovens e imigrantes na construção da democracia. Porto: Livpsic, 2012. p. 9-26.
- MONTAÑO, T.; LÓPEZ-TORRES, L.; DELISSOVOY, N.; PACHECO, M.; STILLMAN, J. Teachers as activists: Teacher development and alternate sites of learning. **Equity & Excellence in Education**, Amherst, v. 35, n. 3, p. 265-275, 2002. <https://doi.org/10.1080/713845315>
- MORRIS, A. D. Birmingham confrontation reconsidered: an analysis of the dynamics and tactics of mobilization. **American Sociological Review**, Washington, v. 58, n. 5, p. 621-636, 1993. <https://doi.org/10.2307/2096278>
- NADAL, K. L. “Let’s get in formation”: On becoming a psychologist–activist in the 21st century, **American Psychologist**, Washington, v. 72, n. 9, p. 935-946, 2017. <https://doi.org/10.1037/amp0000212>
- O’BRIEN, M. Social justice: Alive and well (partly) in social work practice? **International Social Work**, Reino Unido, v. 54, n. 2, p. 174-190, 2010. <https://doi.org/10.1177/0020872810382682>
- OLLIS, T. The “accidental activist”: learning, embodiment and action. **Australian Journal of Adult Learning**, Footscray, v. 48, n. 2, p. 316-335, 2008. Disponível em: <https://ajal.net.au/the-accidental-activist-learning-embodiment-and-action/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

- OLLIS, T. The pedagogy of activism: learning to change the world. **International Journal of Learning**, Champaign, v. 17, n. 8, p. 239-249, 2010. <https://doi.org/10.18848/1447-9494/CGP/v17i08/47225>
- OLLIS, T. Learning in social action: The informal and social learning dimensions of circumstantial and lifelong activists. **Australian Journal of Adult Learning**, Footscray, v. 51, n. 2, p. 248-268, 2011. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ951996.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- PAWAR, M. Social work and social policy practice: imperatives for political engagement. **International Journal of Community and Social Development**, Bathurst, v. 1, n. 1, p. 15-27, 2019. <https://doi.org/10.1177/2516602619833219>
- PETRARCA, F. R. Carreira profissional e ativismo social: As lógicas do engajamento na defesa de causas. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 99-116, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7575/5798> . Acesso em: 25 maio 2022.
- PICOWER, B. Teacher activism: Enacting a vision for social justice. **Equity & Excellence in Education**, Amherst, v. 45, n. 4, p. 561-574, 2012. <https://doi.org/10.1080/10665684.2012.717848>
- PRILLELTENSKY, I.; NELSON, G. **Doing psychology critically: making a difference in diverse settings**. Londres: Palgrave MacMillan, 2002.
- REICH, S.; RIEMER, M.; PRILLELTENSKY, I.; MONTERO, M. **International Community Psychology**. Nova York: Springer Science+Business Media, LLC, 2007.
- SERRANO-GARCÍA, I.; LUGO-HERNÁNDEZ, E. Involving psychologists in public policy in Puerto Rico: Processes and results. **Global Journal of Community Psychology Practice**, Chicago, v. 7, n. 1S, p. 1-14, 2016. Disponível em: <https://www.gjcpp.org/en/article.php?issue=21&article=122> . Acesso em: 25 maio 2022.
- WEISS, I.; GAL, J.; KATAN, J. Social policy for social work: A teaching agenda. **British Journal of Social Work**, Oxford, v. 36, n. 5, p. 789-806, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23721257>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- WEISS-GAL, I. Social workers' policy engagement: A review of the literature. **International Journal of Social Welfare**, Reino Unido, v. 26, n. 3, p. 285-298, 2017. <https://doi.org/10.1111/ijsw.12239>
- WEISS-GAL, I.; GAL, J. Explaining the policy practice of community social workers. **Journal of Social Work**, Staffordshire, v. 20, n. 2, p. 216-233, 2020. <https://doi.org/10.1177/1468017318814996>
- WOLFF, T. A community psychologist's involvement in policy change at the community level: three stories from a practitioner. **Global Journal of Community Psychology Practice**, Chicago, v. 4, n. 2, p. 2-12, 2013. <https://doi.org/10.7728/0402201304>

## Sobre os Autores

ANA LUÍSA COSTA é doutorada e investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Os seus temas de interesse incluem ativismo profissional; participação social e política; educação política; práticas profissionais e conhecimento para a intervenção educativa, social e comunitária com pessoas em situações de vulnerabilidade; e inclusão, bem-estar e justiça social.

HENRIQUE VAZ é doutorado, professor auxiliar e investigador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Os seus temas de interesse incluem trabalho escolar; educação e formação de adultos e educação ao longo da vida; mediação e resolução de conflitos; educação comunitária e desenvolvimento local; transições escola-trabalho; migração, mobilidade académica e inclusão social; educação surda e culturas surdas; cidadania, educação e populações vulneráveis; e artes em educação e educação artística.

ISABEL MENEZES é doutorada, professora catedrática e investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Os seus temas de interesse incluem participação cívica e política; intervenção comunitária; psicologia política; e cidadania/ educação política.

**Recebido:** 4 jun. 2022

**Aceito:** 6 set. 2023